

RECURSO ESPECIAL Nº 1.704.329 - SC (2017/0249637-7)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRENTE : FIRST S/A
ADVOGADO : IVAN CADORE - SC026683
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR: RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO (ART. 34, XI, DO RISTJ).

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo PARTICULAR com supedâneo no art. 105, III, "a", da Carta Constitucional, contra acórdão que restou assim ementado (e-STJ fls. 221/229):

MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPENSAÇÃO. TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISCOMEX. LEI Nº 9.718, DE 1998. LEGITIMIDADE. PORTARIA MF Nº 257, DE 2011. REAJUSTE DE VALORES. EXCESSO.

1. No caso de tributo incidente sobre operação de comércio exterior, a autoridade competente para decidir sobre a compensação é o Delegado da Receita Federal que tem jurisdição sobre o domicílio tributário do sujeito passivo.
2. Não há falar em ilegitimidade do reajuste da taxa de utilização do SISCOMEX por portaria, uma vez que o critério de reajuste foi fixado pela lei formal.
3. É excessivo o reajuste aplicado aos valores da taxa de utilização do SISCOMEX pela Portaria MF nº 257, de 2011, cabendo a glosa de tal excesso.

Alega o PARTICULAR que houve violação ao art. 97, II, do CTN. Afirma que foi ferido o princípio da legalidade e o princípio da proporcionalidade, tendo em vista o aumento da TAXA SISCOMEX por atos infra-legais (Portaria MF nº 257/2011 e pela IN RFB nº 1.158/2011), implementada ante à delegação de poder encartada no art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.716/98. Sustenta ser toda a majoração da TAXA SISCOMEX ilegal e não apenas o excesso por sobre a correção monetária apontado pela Corte de Origem (variação do INPC), tendo em vista a impossibilidade da própria delegação de poder em si estabelecida no art. 3º, §2º, da Lei n. 9.716/98 (e-STJ fls. 283/292).

Contrarrazões nas e-STJ fls. 315/318.

Recurso especial admitido na origem consoante e-STJ fls. 338.

Em decisão publicada em conjunto com esta apliquei o precedente REsp. n.

Superior Tribunal de Justiça

1.659.074/SC (Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 03.05.2018) e dei provimento ao recurso especial da FAZENDA NACIONAL a fim de que os autos retornassem à Corte de Origem para exame dos termos da Nota Técnica Conjunta Cotec/Copol/Coana nº **03**/2011 (emitida em complemento à Nota Técnica nº 2), enfrentando a questão da adequação entre as informações contidas na Nota Técnica e os **custos** não só **de operação**, mas, principalmente, dos **investimentos** no Siscomex.

Sendo assim, julgo PREJUDICADO o recurso especial do PARTICULAR com fulcro no art. 34, XI do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator